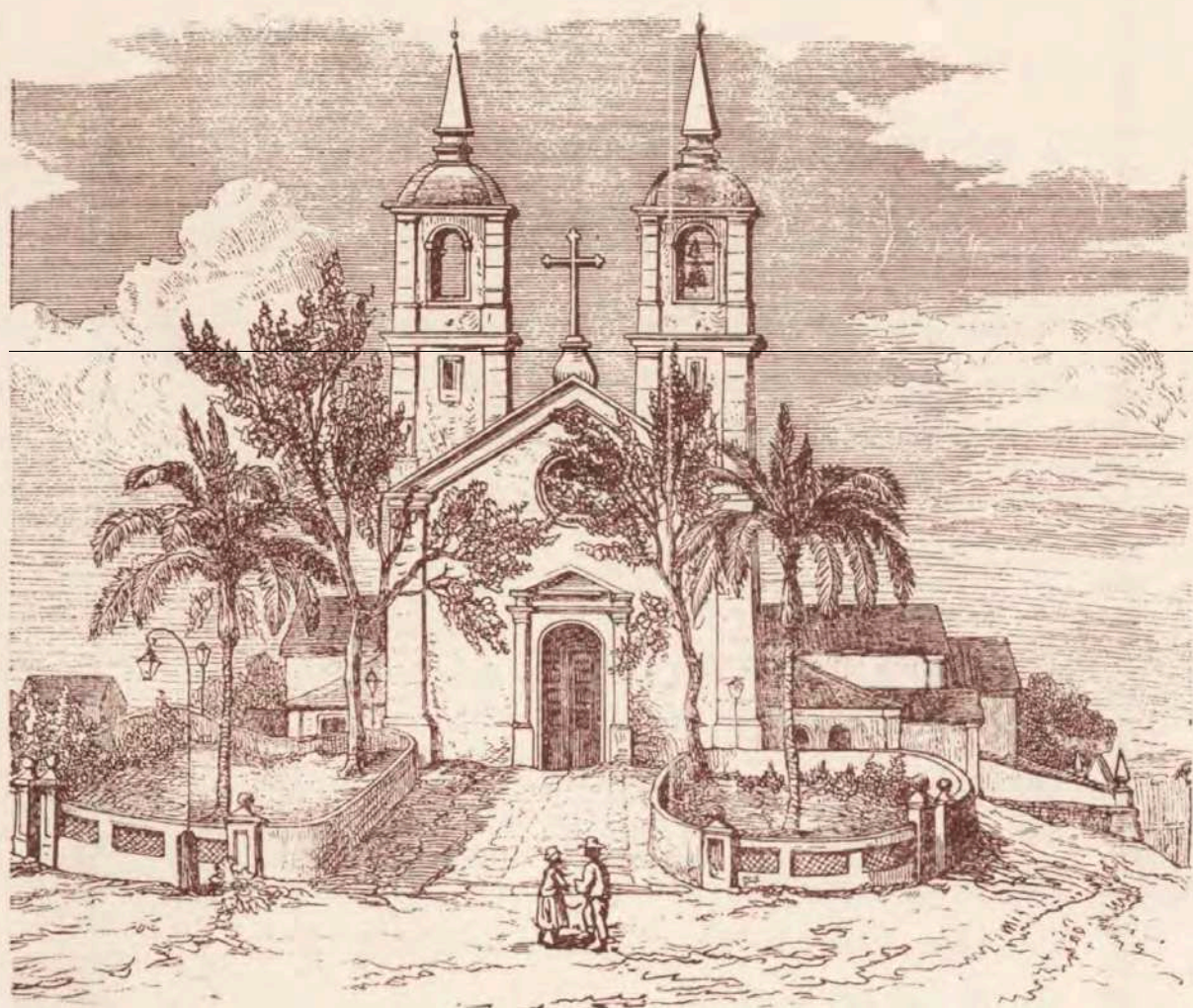


TAXA PAGA



Blumenau em cadernos

TOMO XIV ★ MAIO DE 1973 ★ Nº. 5

Blumenau

em Cadernos

TOMO XIV

Maio de 1973

Nº. 5

HEINRICH TRACHSLER E SUAS AVENTURAS EM SANTA CATARINA NO ANO DE 1828

O mercenário suíço, Heinrich Trachsler seguiu com o 28º Batalhão de Caçadores do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul e, dali para o teatro da guerra entre Brasil e Argentina, na Cisplatina, em disputa pela «Banda Oriental», o atual Uruguai.

Depois da revolta dos mercenários estrangeiros no Rio de Janeiro, em junho de 1828, o 28º Batalhão de Caçadores foi embarcado no Rio de Janeiro, com destino ao Destêro, capital da Província de Santa Catarina, onde chegou a bordo do paquete costeiro «D. Pedro I», depois de vários perigos, em agosto de 1828.

A permanência no Forte de Armação e, depois a continuação da viagem a pé pelo litoral, vão descritas nas seguintes páginas da obra de Heinrich Trachsler, em dois volumes, intitulada «Viagens, destino e tragicômicas aventuras de um suíço». Zurich, 1839, no qual apresenta interessantes aspectos da vida e dos costumes daquele tempo na Província de S. Catarina.

O livro de Heinrich Trachsler é completamente desconhecido no Brasil, pois foi editado por sua própria conta e numa edição muito pequena. Conhecem-se, apenas, dois exemplares, um deles na Biblioteca Pública de Zurich.

Heinrich Trachsler nasceu em Zurich e viajou a pé para a Alemanha, onde, jovem ainda, conseguiu trabalho como aprendiz. Tentado pelas promessas dos agentes do Major von Schaeffer, alistou-se como soldado mercenário destinado ao Brasil, tendo viajado para o Rio de Janeiro em dezembro de 1827. Em junho de 1828 participou da conhecida revolta dos mercenários estrangeiros e da transferência do 28º Batalhão de Caçadores para o sul. O Batalhão, entretanto, não teve mais oportunidade de entrar em ação, pois a questão cisplatina terminou por acordo, em agosto de 1828. O 28º Batalhão

de Caçadores, que fora batizado de «Batalhão do Diabo» marchou de Destêrro para Porto Alegre e, em Santa Maria e Rio Pardo permaneceu aquartelado.

Depois da dissolução da tropa, Heinrich Trachsler passou a ocupar-se de trabalhos ocasionais até que voltou novamente para a Suíça em 1836.

Das descrições e narrações de suas viagens, a parte referente a Santa Catarina é, apenas, um pequeno capítulo da obra em dois volumes.

A parte aqui apresentada foi-nos enviada pelo Dr. Carlos Ficker, de Joinville e a tradução foi feita por J. Ferreira da Silva.

Depois do meio dia, chegamos diante de um forte, pouco distante da cidade de Nossa Senhora do Destêrro de Santa Catarina, cujas torres mais altas e prédios mais salientes podia-se enxergar dali, diante do qual lançamos ferro, visto como, devido à pouca profundidade do porto e as dificuldades apresentadas pela sua situação, não nos permitiam seguir adiante.

Alguns minutos depois, apareceu uma porção de canoas tripuladas por moradores próximos que nos ofereciam à venda frutas, tabaco cereais e outros produtos de suas terras por um preço tão barato que bem comprovava a fertilidade e abundância do solo.

Foi posto à disposição do nosso comandante, um bote no qual o mesmo e o comissário, o piloto e alguns soldados, entre os quais, eu tomamos lugar e nos dirigimos à terra. Alguns reais em moeda de cobre proporcionaram-me o prazer de adquirir algumas miudezas e visitar a cidade.

Sob o reinado dos monarcas portugueses, a Ilha de Santa Catarina foi destinada para destêrro de criminosos e judeus.

A capital da Ilha goza, igualmente, da fama de cidade ativa, empreendedora e limpa e seus habitantes, de fisionomia simpática, de bondosa e grande cordialidade, inspiram confiança aos estrangeiros.

O tempo muito curto e a proximidade da noite obrigaram o comandante e seus acompanhantes a regressar para bordo e que não, me deu muito tempo para observações. Chegamos muito tarde ao navio. O nosso comandante recebera ordem do governador da Ilha para desembarcar-nos, na manhã seguinte, na vizinha ilha de Armação.

Embora preferíssemos suspender a nossa estada na cidade de Santa Catarina, o bonito quartel, muito limpo e agradável, trouxe-nos alguma satisfação. Todos nós sentiamo-nos aliviados em deixar aquele maldito navio de guerra.

Foram desembarcados as provisões de dinheiro, generos e armas

que havíamos trazido.

Durante a nossa permanência de seis semanas nessa Ilha, foram exercitados os recrutas e, no campo próximo, todo o 28º Batalhão era treinado para a campanha prevista. Foram-nos distribuídas novas armas e espingardas, arreios etc, tudo de fabricação inglesa. As carabinas e os barretes eram muito mal feitos.

Por interferência do nosso comandante recebíamos, desde a nossa partida do Rio de Janeiro, um soldo bem bom, inclusive em gêneros de primeira necessidade. O soldo dos praças importava em 2 cruzados cada cinco dias e como recebêramos o nosso soldo atrasado, podíamos comprar dos vendeiros que vinham de S. Catarina, por preço muito módico, peixes de todas as qualidades aqui comuns, caça, aves, laranjas, bananas, verduras, vinho, cachaça, etc.

A Ilha de Armação é bem pequena e pobre em produtos, pelo que são responsáveis o próprio terreno, o clima áspero e também a falta de vontade de trabalhar. Nessa ilha há uma armação pertencente ao governo brasileiro, em que são empregados criminosos desterrados, na maioria negros, ocupados na pesca da baleia, muito comuns nesta região.

Junto a essas construções bem espaçosas encontravam-se ainda, além do quartel, poucas casas de negócios e algumas casas de moradia.

A vigilância aos desterrados criminosos era feita por um destacamento de soldados brasileiros que, anualmente, eram sorteados entre os componentes da guarnição aquartelada em S. Catarina. Além disso, encontrava-se ali um pequeno número de prisioneiros de guerra, da República de Buenos Aires, que também eram obrigados a trabalhos forçados.

Numa pequena elevação, havia um muro meio em ruínas, com um mastro de bandeira, uma pequena guarita e dois canhões sobre armões já meio apodrecidos. Um laranjeiras, meio estropiadas e moitas de louro silvestre, assim como as conchas e caramujos polidos espalhados pela praia ao oeste da Ilha, aonde as ondas vinham se quebrar, barulhentas, desmanchando-se em espumas, reconciliaram-me com a aspezeza dos arredores.

De quando em quando, eu e outros camaradas visitávamos armação e bem para além, onde os criminosos trabalhadores se ocupavam em cortãr e serrar as baleias mortas da qual eles arrancavam longas tiras com facas muito afiadas, em forma de foices, presas a longos cabos.

Mar adentro, até regular distância, avançava uma espécie de trapiche, sobre altos troncos de madeira, providos de roldanas e rolos destinados transportar as longas e enroladas lascas de toucinho para o interior das casas.

Mais de uma vez eu tive a sorte de estar presente ao regresso

das lanchas quando uma delas trazia para a praia, rebocada, uma baleia harpoada e morta.

Enormes bandos de urubus e de gaivotas escureciam o ar acompanhando o cetácio morto. Nunca a praia, onde parecia terem semeado ossadas por toda a parte, ficava livre desses rapinantes e do seu ruído crocitar. O mau cheiro, nesse lado da ilha era quase insuportável.

O espaço não me permite dar aqui uma descrição mais pormenorizada sobre a pesca da baleia, da importância desse ramo de atividade cuja matéria prima se torna cada vez mais escassa e a sua captura mais perigosa. Durante a nossa permanência aqui (Trachsler e o 28º Batalhão de Caçadores permaneceram no Destêrro de 2 de agosto de 1828 a 12 de setembro) em Armação, dois botes com a sua tripulação perderam-se totalmente durante uma dessas pescarias.

Passadas seis semanas, embarcamos em tres pequenos barcos costeiros para desembarcar umas cinquenta milhas adiante, na terra firme. Esses barcos estavam no pior estado possível. Havíamos vencido umas doze milhas e apesar de estarmos no inverno tropical, o dia estava quentíssimo e, ainda por cima, reinava uma calma completa. Num dos barcos, justamente aquele em que se encontravam o comandante e a oficialidade, além de cem homens de tropa de linha, foi constatada uma brecha que ia aumentando além de forte infiltração d'agua no porão. Inutilmente a tripulação se matava nas bombas. Apressadamente foram descidos os escaleres e os soldados foram transportados para os outros dois barcos e, depois, salvaram-se os oficiais.

Pode-se bem imaginar a nossa triste situação nos dois pequenos barcos, tão espremidos que nem podíamos nos virar. Apertavamo-nos uns contra os outros, sem quase nos podermos mexer. Ao enorme calor, juntava-se ainda uma sede danada.

Nessa tão miserável situação passamos toda a noite. E, assim como durante o dia não pudéramos nos proteger da ardência do sol, ainda menos pudemos defender-nos do forte orvalho e do frio penetrante porque nos era impossível retirar das mochilas as nossas mantas.

Felizmente durante a noite, caiu um vento favorável, fresco, que enfunou as velas e adiantou bastante os nossos cisnes de madeira. O barco, que nesse meio tempo entrou a fazer água, graças ao bombear constante, procurava alcançar a Armação para carregar os pertences do nosso batalhão, provisões de boca e nossa bagagem.

À noitinha, com vento favorável e ainda na desgraçada e incômoda situação, aportamos nas proximidades de um grande engenho de açúcar, ainda em território de Santa Catarina mas já em terra firme. Esses grandes e extensos engenhos de açúcar e alambique de cachaça, situavam-se a uma meia légua da praia. Aí nosso comandante resolvera acampar, o que efetivamente aconteceu tão logo encontramos local

apropriado, com água e lenha abundantes.

O proprietário dessas grandes construções teve que fornecer-nos, mediante letra contra o governo e sem alternativas, cinco bois gordos e cachaça para consumo do nosso batalhão. E, embora ele tivesse feito cara feia diante de tal determinação, as nossas baionetas acabaram por convencê-lo e a servir-nos. Tão logo as nossas carabinas foram ensarilhadas por Companhia e colocadas em forma de pirâmides, o efetivo recebeu uma ração dupla de cachaça, com biscoitos de bordo e logo depois, cada esquadra de 10 homens recebeu um belo e gordo pedaço de carne.

Em breve o fogo crepitava sob as panelas e, depois do jantar, deitamo-nos na grama macia para um merecido descanso aos nossos membros.

Depois de poucas horas de descanso, as cornetas arrancaram-nos do nosso doce cochilo Raiava o dia. Tomadas as posições, a maioria dos soldados foi incumbida de descarregar as nossas bagagens de bordo do navio.

O proprietário do engenho de açúcar e os seus vizinhos mais próximos, tiveram que arranjar-nos grandes carroças de duas rodas, com as juntas de bois necessárias, bem como o pessoal, os escravos e um bom guia para nos transportarem até o próximo acampamento.

O batalhão pronto para a marcha formou um quadrado e, do meio deste, o major fez a leitura de um papel que continha a determinação do Imperador de marcharmos para o campo de luta e defender os moradores da fronteira da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul das incursões dos inimigos. Depois disso, o nosso velho chefe comandou:

- Adiantel Marchem!

E sob o toque das cornetas e da Banda de Música, todos pusemo-nos em marcha, tendo à frente o nosso comandante e o guia, atravessando as propriedades e as plantações onde enxameavam negros escravos.

Marchamos sempre para diante até que chegamos ao pé de uma serra ingreme, cujas encostas quase que perpendiculares deveríamos galgar, o que só com muito esforço foi conseguido, pois nós íamos carregados como mulas. Ao alto da montanha fomos surpreendidos por maravilhoso espetáculo da natureza. Aos nossos pés vimos, próximo à praia, um pequeno povoado e tínhamos, diante de nós, o oceano imensurável.

A penosa marcha continuou através mil obstáculos, de raízes de árvores e o caminho pelas estreitas encostas dos precipícios tornara-se, pelas chuvas, bem mais difícil. As águas revoltas dos riachos em cheia, invadiam o nosso caminho, transformando, a marcha, tanto para os infantes quanto para os cavaleiros, numa dolorosa peregrinação.

Encharcados e cobertos de lama, chegamos a uma praia semeada de brancas ossadas de baleias, peixes mortos, troncos de madeira e conchas, e, à noitinha, alcançamos um povoado, também conhecido por Armação onde entramos sob chuva ininterrupta. O lugar não tinha mais que uma meia dúzia de casas com uma pequena igreja e nós tivemos, assim, que acampar a céu aberto. A chuva cessara. Foram carneados alguns bois e enxugamos ao fogo as nossas roupas encharcadas.

Depois de havermos preparado a nossa ração de carne e, reforçados com uma boa sopa, estendemos os nossos membros cansados sobre a relva e cobrimo-nos com as mantas ainda úmidas.

Pela meia noite, um temporal medonho e forte aguaceiro apagaram o fogo do acampamento. Em tal situação esperamos o romper do dia em constantes tragos de cachaça

A nossa marcha continuou ao longo da praia e, desta vez, por um grande trecho com pequenas pedras cobertas de cascas muito afiadas de moluscos, como lascas de vidro que cortavam o couro dos sapatos, ferindo-nos os pés. Uma chuva torrencial e grande temporal acompanharam-nos por algumas milhas até que o cair da noite obrigou-nos a acampar numa elevação coberta de areia. Mesmo assim, de tão cansados, dormimos debaixo da chuva, sobre a areia, sem fogueira, esperando que ao romper do dia encontrássemos um local mais apropriado para o interior, onde, depois de muitas dificuldades, conseguimos acender o fogo para desentorpecer os nossos membros. O carro de provisões chegou depois de algumas horas de demora.

Sob tais circunstâncias, a nossa coluna de heróis marchava diariamente algumas milhas para diante. Além das chuvas, tínhamos ainda que atravessar um sem número de grandes e pequenos rios nessa época do ano sempre muito cheios. Muitas vezes tínhamos que vadear ribeirões muito fundos com água até o pescoço.

Dessa forma, passados dezesseis dias, alcançamos a Vila de S. Francisco (sic) da Laguna. Para cúmulo do azar, seguiram-se ainda casos de doença em consequência da falta de higiene e das nossas vestimentas constantemente molhadas. Nenhum milagre, portanto, que todo o efetivo, os oficiais, até mesmo o comandante Cotter, estivessem cheios de bichos e era mesmo muito engraçado ver-se o nosso comandante irlandês e o major, de vez em quando, meterem a mão por dentro da roupa para apanhar os piolhos, praguejando. Ainda por cima, a maioria dos soldados estava atacada de escorbuto e muitos apresentavam feridas medonhas e profundas devido às marchas sob constante humidade.

Nesse estado, chegamos à Vila de Laguna e ali tivemos tres dias inteiros de descanso. Essa Vila, incontestavelmente uma das maiores e mais bonitas da Província de S. Catarina, cujos moradores são muito trabalhadores, bons comerciantes, muito cordiais e abastados, situa-se numa baía onde podem entrar até grandes navios. Aí foram-nos pagos

os vencimentos de dois meses e, assim, pudemos aliviar-nos das nossas fadigas, para o que arranjamos algumas casas desocupadas onde, apesar de muito pobres e deficientes, estávamos, pelo menos, a coberto dos temporais.

Por toda a parte, os habitantes nos recebiam com muita amabilidade, principalmente o belo sexo parecia muito atraído pelos nossos cabelos louros e olhos azuis.

De todo o batalhão, certamente nem vinte homens encontraram uma namoradilha no curto tempo que ali estivemos. Que fossem elas negras ou brancas, isso pouco interessava aos soldados.

Além disso, os gêneros de primeira necessidade, de qualquer qualidade, eram muito baratos. Um perú de peso regular custava, no nosso dinheiro, cerca de 20 schillings. Verduras e ovos eram quase de graça.

Uma tarde eu e um camarada, saímos a passear, pela cidade: ao passarmos sob as venezianas das janelas das casas ouviamos os rizeiros das moças, que, meio inclinadas, meio assustadas, nos saudavam dizendo «Adeus, meus senhores!» (sic, em portuguez). Quando, andando despreocupadamente, chegamos a um dos extremos da cidade, ficamos preso a um meigo rosto de madona, diante do qual nos quedamos mudos. A dona dessa cabecinha de anjo, debruçada à janela, dispunha-se a bater, com uma vara, a poeira de um tapete. Esse quadro cheio de magia oferecia-nos a invejável visão de uns seios borbulhantes de sensualidade e de voluptuosos atrativos dessa Psiqué tropical.

Já que não nos consideravamos ateus, tomamos aquela magnífica e querida moça, como a própria Venus em carne e osso.

De repente acudiu-nos a idéia de que, talvez, pudessemos comprar alguns gêneros na casa dessa graciosa aparição. Meu companheiro concordou com o meu pensamento para que, segundo lhe disse, pudessemos olhar bem nos olhos daquela ladrazinha. Aproximamo-nos, por isso, da casa e, ao batermos, acanhadamente, à porta, abriu-a uma senhora de meia idade que, à primeira vista, julgamos ser a mãe da graciosa moça.

A minha indagação se ela teria galinha, ovos e outros gêneros para vender ela respondeu negativamente, mas, mesmo assim, abriu-nos a porta, inclinando-se e convidou-nos para que tomássemos uma xícara de café, enquanto guiava-nos para o interior da casa através de um pequeno pátio. Ao fundo, vimos uma sala aberta, na qual a mãezinha nos introduziu, convidando-nos a sentarmo-nos em uma esteira aberta sobre o assoalho. A senhora afastou-se, dando-nos a oportunidade de examinar minuciosamente o compartimento. Naturalmente não havia ali muita coisa para se ver; toda a sala de visita não tinha mais que as quatro paredes nuas e uma janelinha por onde entrava a luz do pátio; a esteira de vime era a única mobília desse pomposo salão.

Depois de alguns minutos, entrou uma velha negra que estendeu sobre a esteira de vime um tapete de lã verde e, no meio deste, uma pequena toalha branca. Atrás da escrava que trouxe o café e as chicharas, apareceu a idosa senhora acompanhada de tres belas moças, a primeira das quais aquela amável beleza que havíamos visto, a qual, com muita dignidade, mas levemente ruborizada, apresentou-nos as duas irmãs. Respondemos desajeitadamente à saudação num português macarrônico e aguardamos interessados o desenvolvimento da curiosa aventura.

Com a sua amável naturalidade, as graciosas moças infundiram-nos coragem quando, com os seus vestidos caseiros muito simples, com muita graça e donaire sentaram-se no tapete e convidara-nos a fazer o mesmo. A manobra fez-nos suar, intimidados, pois, não era nenhuma bagatela tomar aquela posição, com o devido decoro, sentando-nos à moda turca, com as pernas cruzadas, entre aquelas graças.

A negra serviu o café e enquanto as moças tomavam a bebida preferida dos brasileiros, a idosa dama mantinha conosco uma conversação, primeiramente sobre a nossa pátria, nossos usos e costumes, aproximando-se sempre mais do tema do amor com o que com desembaraço concordavam, graciosamente, as suas amáveis filhas.

Em meio a família tão feliz e tranquila, sentiamo-nos como em nossa casa, de sorte que as horas passaram despercebidas. A mãe contou-nos que era viúva e que não tinha outras riquezas além de suas filhas, verdade com a qual concordamos inteiramente.

Toda a família, entretanto, mostrou-se zangada quando nos preparamos para deixá-la e pedimos nos dissessem o preço do café. Meio brincando, meio ameaçadora a Dama pediu que continuássemos honrando a sua pobre morada. Não pudemos recusar por muito tempo esse amável convite e afirmando que não poderíamos resistir à solicitação e estamos dispostos a passar toda a noite em meio aquele ambiente familiar e a arranjar uma ceia ligeira. Sem que alguém visse, meti algum dinheiro na mão da escrava e mandei-a arranjar galinhas, pão, vinho etc. recomendando-lhe que não deixasse faltar nada. Entretanto, a filha mais velha trouxe um violão, tirando-lhe dele suaves acordes, que acompanhou com voz melodiosa e cristalina.

Pode-se bem imaginar como nós, jovens rapazes, sorriamos embevecidos.

Devíamos ter passado, no escuro, tão felizes, uma boa hora quando a escrava regressou com as compras e acendeu um lampião, iluminando a sala. Em seguida foi novamente servido café e também bons goles de vinho.

As moças mostraram-se muito confiadas conosco, mas, naturalmente, muito honestamente, pois, estávamos sob os olhos da mãe. Aliás as brasileiras não aparecem muito a miudo aos homens, mas amam aparecer

na igreja e nas festas públicas.

A negra veio avisar que a ceia estava servida e estava mesmo na hora. A escrava mostrou que era realmente artista em culinária. Duas galinhas ensopadas com arroz, um peru assado e farofa, peixe com o respectivo molho de temperos. Colorau não falta em nenhuma refeição. Doces muito gostosos são servidos como sobremesa. Uma caneca de prata de antiguidade e forma provavelmente do tempo dos trisavós daquela família correm à roda. Meu camarada, que servira, como garçon, numa hospedaria da Suíça, trinchou o peru e as galinhas, com uma grande faca, servindo todos os presentes. Na falta de garfos, serviam-se sem qualquer escrúpulos, dos cinco dedos e, com incrível destreza as nossas belezas metiam as mãozinhas no pirão de mandioca. Nessa ocasião notei as suas unhas muito compridas o que, na Suíça e outros lugares, não era absolutamente decente.

O vinho pôs-nos de muito bom humor e a mim quase que me fez cantar, a plenos bofes, a canção do Paraíso de Maomé: «Oh Mahomed, ton paradis de fammes est le sèjour de la félicité», se não tivesse me contido a tempo e a certeza da minha péssima voz.

Depois, as sobras da comida foram retiradas e a escrava trouxe uma bacia de água quente e uma toalha, que foi passando de um a outro dos comensais, trazendo após um copo com água morna para bochechar e limpar a boca.

Tomando dos violões as nossas gracinhas maravilharam-nos novamente com deliciosos acordes. E para nos darem uma prova definitiva dos seus talentos elas dançaram, para nós, o «Sapateiro», um fandango que é a dança preferida da classe mais baixa. Essa dança que tira o seu nome de «sapato», com o qual ou com as botas bate-se no chão com toda a força, ao mesmo tempo que os pares, em ágeis requebros, aproximam-se ou afastam-se aos ritmos do violão.

Como fosse a primeira vez na nossa vida de moços, que tivéssemos ouvido falar num tal sapateado, não foi pequena a nossa surpresa quando as moças nos convidaram para participarmos, dele. Ao manifestarmos a nossa completa ignorância daquela dança, elas não ficaram menos maravilhadas e perguntara-nos, com a maior simplicidade, se na nossa terra não se conhecia uma dança tão bonita. Não encontramos outra resposta senão dizer às boas moças que em nossa terra havia danças muito bonitas mas nunca tão lindas como aquela dança brasileira que elas nos mostravam. Esse elogio parece tê-las estimulado pois redobram de violência no sapateado.

Ao fim do fandango foram-nos servidos, novamente, café e doces, tocou-se violão e cantou-se.

Entretanto, deu meia noite e nós tínhamos que deixar essa família que agora já nos era tão cara. Nós éramos tímidos e as moças

honestas bastante, para nos darem algumas esperanças. O pensamento de nossa miserável vida de soldado tornava a nossa descoberta ainda mais dolorosa e triste. Apertamos, agradecidos, as mãos da boa viúva e de suas filhas que nos cobriram de votos de felicidades.

Apressamo-nos, resolutamente, e chegamos à Companhia onde todos dormiam profundamente. Procuramos com cuidado um lugar para dormir, pois os nossos camaradas haviam se deitado a torto e a direito espalhados pelo chão. Cobertos, apenas, com as nossas capas, dormimos sobre o solo nu e sonhamos com as nossas belezinhas brasileiras.

Ao romper da manhã, os toques de corneta arrancaram-nos do chão duro, juntamente com as ordens do major ajudante para que nos preparássemos para o prosseguimento da marcha. E já que havíamos faltado à revista noturna, recebemos como castigo, fazer uma guarda extraordinária no próximo acampamento.

Enquanto nos ocupávamos em arrumar as nossas muchilas e a enrolar os nossos cobertores, a escrava daquela casa trouxe-nos uma saudação muito cordial das suas senhoras as quais lamentavam a nossa marcha repentina e trouxe-nos uma cesta grande com muitos doces para fortalecer-nos na próxima caminhada. Satisfeitíssimos, apressamo-nos em dar à negra uma boa gorjeta.

Depois de enchermos os nossos cantis de madeira com cachaça, marchamos ao som das das cornetas e tambores pelas ruas de Laguna, sob a janela dos embasbacados habitantes. Na rua onde viveramos a nossa aventura, as amáveis mocinhas estavam à janela e acenaram-nos adeuses com os seus lencinhos brancos.

Essa aventura, para nós estrangeiros, era tão nova e causou-nos tanto bem estar, provocando uma mudança na nossa miserável vida de soldado logo que, inesperadamente, fomos recebidos num meio familiar tão confiante e conhecemos os costumes dos brasileiros

Acompanhava o nosso batalhão um verdadeiro regimento de negras, mulatas e um número enorme de crianças, e cães, como também acontece em outros países.

Mais ou menos depois de uma milha da cidadezinha, fizemos alto à margem de um largo rio que transpusemos em canoas. Depois, continuamos a marcha, acompanhados, seguidamente, com a fome, a sede, os temporais e as chuvas, até que, a final, chegamos às divisas de Santa Catarina, entrando na mesma tarde nos limites de Torres.

A PROPÓSITO DO POVOAMENTO DA ILHA DE SANTA CATARINA

A. A. da LUZ

Após a tentativa de povoamento da Ilha de S. Catarina, frustrada pela tragédia de que resultou a morte de seu povoador, o paulista Francisco Dias Velho, - facto já bastante conhecido pelos que lêem a história catarinense - a dita Ilha não ficou inteiramente desabitada.

Sabe-se que um dos filhos do velho paulista povoador, o de nome José Pires Monteiro, com sua família foi para Laguna, cuja fundação já havia sido iniciada por Domingos de Brito Peixoto, outro paulista, poucos anos antes a 1689, ano da morte de Dias Velho; outros filhos regressaram à São Paulo; mas ainda muitos dos homens que vieram para povoar a Ilha com o bandeirante, permaneceram nela.

Alem destes, muitos outros, após estes fatos, vieram ainda aumentar a incipiente população da Ilha. De modo que, 19 anos depois, já era bastante apreciavel o número dos seus habitantes. Era «gente que não conhecia rei», conforme me disseram contemporâneos. Mas, como veremos, cumpria suas ordens, afugentando o inimigo do rei de Portugal. Por causa disso, era rotulada de bandidos...

Num livrinho, em frances, «Voyage de Marseille a Lima», de um tal «Sieur D» *** (Durret?), editado em Paris em 1720 (chez Jean-Baptiste Coignard imprimeur)*, lê-se, á página 98: «No dia 24 de julho (de 1708), às seis horas da manhã,

nos achamos á duas léguas da ilha de Santa Catarina; ela não tem senão duas (léguas) de comprimento e um pouco menos de largura; ela não está afastada da terra firme, quer dizer, do Brasil, senão uma légua;

Ela é habitada por bandidos não havia ainda seis meses que um mercador frances quiz ir aí fazer aguada e madeira, e para isto pôs em terra um certo número de gentes, das quais umas se divertiam em caçar, outras a lavar suas roupas. Os bandidos apercebendo-se disto saíram dos matos, todos bem armados, em número de cento e cinquenta e carregaram com tanta fúria sobre estes passageiros que eles foram obrigados a abandonar tudo o que eles tinham e se refugiar, com precipitação, no barco. Houve muitos feridos e mortos e sem o canhão que favoreceu a retirada, não se teria escapado um só.

Talvez por causa deste incidente, ocorrido há poucos meses, no início do ano de 1708, o navio do «Sieur D» passou de largo pela Ilha de Santa Catarina, rumo, ao rio da Prata...

Quando o professor Evaldo Pauli acaba de publicar «A Fundação de Florianópolis», que é um minucioso estudo do problema da data do início do povoamento da Ilha de Santa Catarina, é interessante tornar público o episódio ocorrido em 1708 e narrado por um francês que passou ao largo do nosso litoral.

Tanto mais que por esta

referência à Ilha de S. Catarina, escrita em 1708, vê-se que ela já estava bastante povoada, pois reuniu 150 homens para atacarem a tripulação desembarcada de um navio inimigo (francês). E este número está de acordo com a «Informação» deixada por Manoel Gonçal-

ves de Aguiar que por aqui andou em missão informativa pelo ano de 1711, e que disse contar a Ilha 22 casais, isto é, famílias.

(*) Voyage de Marseille... par Sieur D... - Biblioteca de Estudos Brasileiros da USP - São Paulo.

Estante Catarinense

CARLOS BRAGA MUELLER

(Um panorama dos livros e escritores catarinenses)

INDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL - A Dramática Experiência dos Xokleng» Autor Silvio Coelho dos Santos. Edições EDEME, 1973.

Acreditamos que dramática tenha sido também, em muitas oportunidades, a trilha seguida por Silvio Coelho dos Santos, para completar um estudo tão aprimorado, quão interessante, sobre indígenas do Sul, mais especificamente os do nosso Estado.

Não sei se por também gostar dot ema, ou se devido à pena fácil e corrente do outor, a obra me agradou bastante.

O estudo que Coelho do Santos apresenta, em forma de livro, é sério. Sério e adulto.

Não foi por menos que o autor sacrificou meses e meses junto aos postos indígenas, principalmente no Posto «Duque de Caxias», em Ibirama, sacrificando até sua família na árdua tarefa de coletar dados para a pesquisa que, a final, logrou concluir com tanto êxito.

Contou, é bem verdade, com colaborações imprescindíveis de muitos historiadores, que ele faz citar no livro. Mas o que dá valor ao seu trabalho é a pesquisa de campo. Aquela que custa sacrifícios e noites mal dormidas.

Foi entre os índios de Ibirama que ele conseguiu depoimentos pungentes e até acusadores, partidos dos silvícolas que vivem no posto ad FUNAI e cuja pacificação se deve a Eduardo Lima e Silva Hoerhan.

Muitos fatos curiosos fazem parte do relato.

Tudo aquilo que existia disperso na literatura catarinense, abordando os índios e o seu extermínio lento e inexorável, o Prof. Silvío Coelho dos Santos cumpilou, relatando fatos já conhecidos e também muita coisa desconhecida.

A ação dos bugreiros, homens afeitos à tarefa de exterminar os indígenas; a luta do colono pelas suas terras; o ataque dos índios aos homens brancos; o que o índio pensa do branco e da civilização, o que ainda pode ser feito para salvar da destruição total os poucos «donos da terra», que terra nenhuma possuem, são alguns dos tópicos que o livro aborda.

O lançamento da obra deu-se no dia 3 de maio do corrente ano, na Livraria Lunardelli de Florianópolis, em «noite de autógrafos» que foi bastante prestigiada pelos nossos intelectuais e homens de letras, além de estudantes, principalmente os de antropologia, matéria a que o assunto está ligado estreitamente.

O livro já está a venda, também, em várias livrarias do Estado, onde pode ser adquirido.

Como se trata de leitura interessante, fica a recomendação para que o leiam e depois tirem suas conclusões sobre a «dramática experiência dos Xokleng».

SENTIDO CATARINENSE E BRASILEIRO DE FRITZ MÜLLER - de

Evaldo Pauli - Edição da Casa «Fundação dr. Blumenau».

Dando continuidade à série de publicações que pretende editar, e cumprindo com uma das finalidades previstas nos seus estatutos, (a divulgação de assuntos ligados ao nosso município), a Fundação «Casa Dr. Blumenau» acaba de trazer a lume «Sentido Catarinense e Brasileiro de Fritz Müller», do Professor Evaldo Pauli.

Por ocasião do 8º. Congresso Interamericano de filosofia realizado em novembro do ano passado, em Brasília, Evaldo Pauli apresentou este trabalho como tese, tendo a satisfação de vê-la aprovada pelo aludido simpósio.

Merecia destaque, pois a tese do filósofo catarinense.

E esse destaque a Fundação «Casa Dr. Blumenau» acaba de dar, publicando o opúsculo que, tratando da figura de Fritz Müller, trata de um assunto muito grato para os catarinenses.

Por mais que se escreva sobre o sábio alemão, que aqui se radicou, nunca é demais alinhavarmos o estudo de Pauli á tudo aquilo

que já se escreveu sobre o "darwinista" Fritz. E aqui abrimos um parêntese para defender os valorosos «fritz» que, alemães ou nascidos no Brasil, muito deram de si pela pátria brasileira. E não obstante, quanto de injustiça se comete ainda hoje quando, ao se pejorar alguém por ser alemão, chama-se-lhe pelo nome de «fritz», como se fora isto grave ofensa.

Mas voltemos ao Professor Pauli e à sua obra.

Ele revela os fatos que precederam a vinda do sábio para o Brasil. Sua revolta contra a situação então reinante na Alemanha. O desejo de se radicar num país bem distante; o Chile, talvez. Depois, a resolução de vir para o Brasil, atraído pela propaganda feita em torno das colônias germânicas que aqui se implantavam. E aqui, novo parêntese: a propaganda sempre foi a alma do negócio.

Hermann Blumenau, fundador da colônia que levou seu nome, pouco depois de ver chegar Fritz Mueller a estas paragens começou a se preocupar com as idéias materialistas do sábio. Ateu confesso, Fritz poderia influenciar negativamente os colonos blumenaenses, religiosos por tradição.

Por solicitação do Dr. Blumenau, Fritz Mueller foi «agraciado», em 1856, com uma cadeira de professor no Liceu Provincial do Desterro, hoje Florianópolis. O que durou até 1867 quando jesuitas assumiram o Liceu. Os jesuitas, porém, não foram felizes à frente do educandário. E para lá retornou, como professor, o sábio Fritz Mueller, onde lecionou até 1876. Em seguida, conta-nos Evaldo Pauli, ele foi Naturalista Itinerante do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cargo a que renunciou por ser obrigado a residir na capital da República.

Foi Juiz de Paz e Intendente Municipal de Blumenau, em 1893.

Muito mais está contido no estudo de Pauli.

Merece aplausos a Fundação «Casa Dr. Blumenau» pela valiosa obra que acaba de publicar. E não menos aplaudido deve ser o Professor Evaldo Pauli pelo interesse demonstrado em torno da figura hoje lendária de Fritz Mueller, cujo nome deve ser escrito com letras maiúsculas, que ele bem o merece.



O atual município de Itaiópolis constituiu-se da antiga colônia Lucena, criada pelo Governo Federal em 1890 em território então sob a jurisdição do Paraná. Os primeiros colonos chegaram em 1891 e eram de nacionalidade inglesa, e alguns poloneses e russos. Mais tarde a colônia passou para a administração do Paraná e para ela foram encaminhadas famílias de nacionalidade rutena e maior número de poloneses. Tornou-se município em 1918.

Política e Políticos de Brusque de Antanho

AYRES GEVAERD

1ª. PARTE

Como ocorreu na então Vila de «São Luiz Gonzaga» a mudança do regime monárquico para o republicano.

Sempre gostei de anotar aspectos da vida brusquense, apanhados aqui e ali, não só pelo simples prazer da pesquisa, como também, o que considero mais importante, porque podem servir, um dia, de estudo aos nossos cronistas e historiadores. No que concerne à vida oficial de Brusque, os registros que se encontram nos documentos da Colônia são realmente valiosos, graças aos cuidados de seus administradores. Exetando os anos 1861, 1870, 1873, 1884, 1878 e 1880 os demais, desde a fundação, 4 de agosto 1860, estão completos.

O mesmo já não acontece depois da emancipação, isto é, depois da criação do município, em 23 de março de 1881 até 1905, aproximadamente. Entretanto, de quanto em vez, encontram-se registros interessantes, permitindo preencher falhas na sequência histórica, nos raros livros oficiais e em notícias enviadas de Brusque aos jornais dos municípios vizinhos, notadamente ao «NOVIDADES» que se editou em Itajaí. Desejamos nos reportar hoje ao livro de atas da Intendência Municipal, correspondente aos anos 1888, 1889 e 1890 e ao mesmo tempo anotar algumas ocorrências, aspectos das administrações municipais e o com-

portamento de personalidades políticas no período que vai de 1890 a 1908. O referido livro registra as atas das sessões da Câmara no tempo do Império e do Conselho da Intendência, estas com as citações de «cidadão presidente do Conselho» e «cidadão Governador», ensaios dos primeiros passos da República dos Estados Unidos do Brasil em Brusque. São, certamente, dignas de atenção todas as atas, para quem se dispuser a escrever a história do município. Para mim, que procuro fazer pequenos relatos ou registros, conforme já mencionei e, conhecendo, pela tradição oral o comportamento de alguns dos velhos políticos de Brusque, acho que se deve publicar as atas das sessões que cuidam das providências para o reconhecimento do novo Regime e de outras, administrativas. É certo que um resumo do que foi escrito seria suficiente; mas, pela forma tão simples e original como o secretário as redigiu, considerando ainda a conduta de nossos ilustres antepassados, cônscios de suas responsabilidades, uns como monarquistas, outros como republicanos, cremos que transcrição se impõe, respeitando-se, como é obvio, a ortografia. Em seguida registro alguns incidentes, oriundos de acontecimentos sociais e políticos possibilitando analisar o temperamento de alguns cidadãos vereadores ou intendentes que durante um quarto de século cuidaram dos destinos de Brusque.

“Ata da sessão, extraordinária

do dia 23 de Novembro de 1889, sob a presidencia do vereador Guilherme Krieger Junior. O secretario José Vicente Haendchem. Aos vinte tres dias do mes de Novembro do anno de mil oitocentos e oitenta e nove nesta vila de São Luiz, no Paço da Camara Municipal pelas onze horas do dia achando-se reunidos os srs. vereadores como presidente Guilherme Krieger Junior, vice presidente Jorge Boettger e mais vereadores Frederico Klappoth, Germano Scheurich, Gottlieb Becker e Adriano Schaefer, faltando o vereador João Batista Rudolph com participação, achando-se número legal, o snr. presidente declarou aberta a sessão. Lido o expediente constou o seguinte: Um telegrama circular telegrapho participando a sahida do Snr. PEDRO D'ALCANTARA, um outro circular do telegrapho participando a Camara Municipal do Rio (?) ter aclamado a Republica dos Estados Unidos do Brazil. Um outro do Governo provisório de 22 de Novembro participando... da Republica. Um officio do presidente da Provincia de 15 de Novembro enviando o jornal Regeneração. Um outro do Governo Provisório do Estado Republicano Catarinense de 17 do corrente comunicando ter assumido o governo deste Estado. Um outro de 18 de Novembro comunicando ter determinado que as repartições públicas continuem a funcionar. Um outro de 21 do corrente declarando que podem ser recebidas as notas do Banco do Brazil. De cujo conteúdo os vereadores declarão ser inteirados, mandando o sr. Presidente archiva-las. O presidente consulta os vereadores reunidos se reconhecem o Governo Republicano. Como foi unanimemente aplaudida, adherindo-se esta Câmara a

Rupública Federal Brasileira, reconhecendo o Governo Provisório. O presidente mandou em vista d'esta deliberação officiar ao Governo provisório do Estado Republicano a respeito. E não tendo mais nada a tratar o Snr. Presidente levantou a sessão as doze e meia horas do dia. Eu José Vicente Haendchen secretario que o escrevi e assigno. Krieger Junior, Jorge Boettger, Frederico Klappoth, Germano Scheurich, Gottlieb Becker e Adriano Schaefer. O Secretario José Vicente Haedchen».

A tomada legal do Poder Executivo brusquense pelos republicanos de acôrdo com os documentos de 7 e 8 de Janeiro de 1890, como não podia deixar de ser, magoou os monarchistas. Nas sindicâncias procedidas pela Comissão, aparentemente nada foi apurado que desabonasse a Câmara extinta. Si houve irregularidades teriam sido de pequena monta, prevalecendo o bom senso dos novos administradores iniciando, sem maiores delongas, o novo Governo. Viria então a revolução de 1893 que poderia, diante dos acontecimentos que se verificaram em Blumenau e os mais dolorosos em Desterro, criar na politica local novas animosidades. Isto felizmente não se verificou. Em face da pouca importância estratégica de Brusque, o movimento de tropas do Governo e Revolucionários, era feito entre Itajahy e Blumenau e apenas pequenos grupos isolado de «maragatos» e «pica-paus», apareceram, não molestando ninguém. Quando um grupo se aproximava, o outro, contrário, já cuidava em desaparecer, ambos fazendo pouso em terras de João Bauer, proximidades de sua residência. Gumercindo Saraiva visitou a Vila, sendo recebido

pelas autoridades e personalidades. Visitou as escolas, repartições públicas, tomou naturalmente providências cabíveis na ocasião e despediu-se. Prudentemente, os «contrários», permaneceram em suas residências. Houve, é certo, alguns alarmes na Vila, originários de boatos de que, determinadas pessoas, seriam aprisionadas e sumariamente fuziladas. Havia assim motivo de susto, porque as notícias vindas de Desterro, palco de verdadeiras atrocidades, tinham desgraçadamente fundamento. Uma das pessoas visada pelos «pica-paus» na então vila, durante as incursões feitas, foi o cidadão Carlos Luiz Gevaerd, então exercendo as funções de comissário de polícia, professor público e particular, cargos que na época o destacavam na comunidade. A vila era sempre alertada quando se aproximavam grupos das facções em litígio e as autoridades naturalmente tomavam as providências possíveis. Certa feita, Raymundo Rodrigues, de côr parda, veterano da guerra do Paraguay, muito ofeioado a Carlos Luiz Gevaerd, veio preveni-lo de que estava sendo cuidada sua prisão; exatamente por volta do meio dia quando a família estava reunida para um almoço festivo, dia de aniversário natalício de Dona Mariquinha (Maria Luiza Corsin Gevaerd), sua espôsa. Rapidamente Carlos Luiz Gevaerd reuniu os familiares, alimentos, dirigindo-se até à barcaça situada, então, nas proximidades da atual ponte Mário Olinger. Feita a travessia, refugiaram-se na casa de Nicolau Werner, situada na atual Fazenda Hofmann, em Vicente Só, só voltando dias depois. Outras ocorrências certamente se verificaram, de maior ou menor importância, as quais, por falta de registro quando nar-

radas por nossos maiores, foram esquecidas.

Administrações municipais de 1890 a 1915 — Liderança política — A visita do General Marciano de Magalhães — A Guarda Nacional de Brusque.

Os livros de Notas do primeiro Tabelionato local, recém consultados, permitiram completar a relação das administrações municipais, porque as atas das eleições, certamente por força de lei, eram devidamente registradas.

Completa-se assim o quadro das Câmaras e Superintendentes inserto no Aibum do Centenário a fôlhas 309 a 312, organizado pelos srs. Cyro Gevaerd e Evilásio Guilherme Gevaerd. De acôrdo pois, com as atas transcritas na primeira parte dêste relato, em 1889, Guilherme Krieger presidia à Câmara de Vereadores formada ainda por George Boetger, Germano A. Thieme depois Frederico Klappoth, Germano Scheurich, Gottlieb Becker, Adriano Schaefer e João B. Rudolf. A 7 de janeiro de 1890, a mesma Câmara, baseada em lei de 9 de janeiro de 1881, reelegueu-se administrando o Município sômente por 6 dias. A 14 de janeiro de 1890, República fazia prevalecer sua força instalando a Intendência Municipal, de conformidade com a Resolução n' 61, assim formada: Carlos Renaux, Eduardo Buettner, Frederico Klappoth, Adriano Schaefer e João Bauer. Carlos Renaux foi eleito presidente por maioria de votos. Da administração passada permaneceram no nôvo órgão os cidadãos Frederico Klappoth e Adriano Schaefer.

(continua no proximo número)

Uma Galeria de Arte Num Relatório

CARLOS BRAGA MUELLER

O título pode parecer estranho e até não fazer muito sentido. Acontece que a CELESC, pela sua Presidência, apresentou aos seus acionistas um Relatório «sui-generis», prestando contas da atividade da empresa durante o ano de 1972.

O que nos leva a escrever este comentário, porém, não é propriamente o Relatório na sua estrutura técnica, por sinal muito bem elaborada, mas sim a feliz idéia que a empresa teve de aproveitar o trabalho para dar-lhe um duplo cunho: o informativo (para os acionistas) e o cultural.

Explico: no verso de cada folha contendo as informações técnicas, aparece, com destaque e nas cores originais, uma obra de artista catarinense, ou aqui radicado, com alguns ligeiros dados biográficos.

Assim, desfilam perante nossos olhos 10 gravuras, belíssimas por sinal (louve-se o critério da seleção), com trabalhos de pintores, escultores e do tapeceiro Tirelli. Além de Tirelli, participam desta verdadeira «galeria de arte»: Eli Heil, Hassis, Jayro Schmidt, Pléticos, Franklin Cascaes, Rodrigo e Martinho de Haro, Elke Hering Bell e Meyer Filho. E a apresentação do Relatório é tão cuidada que, entre as gravuras, foram colocadas folhas de papel transparente, para protege-las.

Carlos Humberto Correia, homem de letras por demais conhecido, encarregou-se de prefaciar o trabalho, sob o aspecto cultural.

Isto nos faz lembrar o calendário que a Souza Cruz fez distribuir em 1972, enfocando imagens sacras do Brasil (obras do Aleijadinho, do barrôco, etc), onde também houve um ineditismo: de cada gravura constava um detalhe, também no verso.

Mas, voltando ao Relatório da Celesc, gostaríamos ainda de dizer que, por se tratar de um verdadeiro repositório cultural, ele passou a ser procurado (e até disputado) não só pelos homens de negócios ou acionistas da empresa; também os intelectuais e as pessoas interessadas pelo desenvolvimento do movimento cultural no Estado apressam-se em obter o seu exemplar. E que o façam logo. Em breve não restará um. E com motivo.



Em 1829, havia em S. Catarina apenas uma cidade: Desterro; e tres vilas: Laguna, Lages e S. Francisco e um arraial: S. Pedro de Alcântara. Havia 8 freguezias na capital, 2 na Laguna, 1 em Lages e 1 em S. Francisco.

TRES PINGOS DE HISTORIA

★ O Município de Blumenau, criado em 1880 foi instalado a 10 de janeiro de 1883, tomando posse, na ocasião, os sete vereadores eleitos no ano anterior e que, na primeira reunião, realizada no dia seguinte, 11, elegeram seu presidente o senhor José Henriques Flores Filho. Naquele tempo, os presidentes de Câmara é que exerciam a direção dos executivos municipais, fazendo, assim, as vezes dos atuais prefeitos. Os primeiros vereadores foram, além de Flores Filho, Luiz Sachtleben, Otto Stutzer, Jacob Luiz Zimmermann, Francisco Salvio de Medeiros, José Joaquim Gomes e Henrique Watson.

★ ★ A Câmara Municipal funcionou desde janeiro de 1883 até 18 de janeiro de 1890, dia em que realizou a sua última sessão. Isso em consequência da proclamação da República. Foi substituída por um Conselho de Intendência. Durante esse período, que se desenvolveu, (excetuados os seus dois últimos meses) sob o regime monárquico, a Câmara Municipal realizara 186 sessões, tendo quatro presidentes efetivos e alguns interinos. Com a queda do trono, as Câmaras Municipais foram dissolvidas em todos os estados e criadas, em substituição, os chamados «Conselhos de Intendência» que eram compostos de cinco membros denominados intendentes. O Presidente da Intendência era, ao mesmo tempo, o chefe do Executivo Municipal, com as mesmas atribuições dos antigos presidentes das Câmaras.

★ ★ ★ Como nos demais municípios catarinenses, a substituição das Câmaras pelas Intendências se deu sem maiores dificuldades em Blumenau. Henrique Clasen, que era o presidente da Câmara dissolvida e que também fora nomeado intendente, passou a presidência da edilidade ao Dr. José Bonifácio Cunha, eleito na reunião de 18 de janeiro de 1890, permanecendo como vice-presidente. Ficou tudo de bem, entre amigos. Mais tarde, porém, é que as coisas se complicaram e deu sujeira grossa na política blumenauense, nos conturbados dias da revolução de 1893. O primeiro Conselho de Intendência, nomeado por Lauro Müller, designado interventor federal em Santa Catarina, era composta dos senhores Dr. José Bonifácio Cunha, Henrique Clasen, Gottlieb Reif, Frederico Rabe, e José Agostinho Pereira. Bonifácio Cunha, eleito presidente, durante muitos anos, ora agitados, ora serenos, pontificou na política blumenauense. A sua gestão foi de resultados positivos e Blumenau ficou a dever-lhe muitos e bons serviços.

E sabido que antes mesmo da construção, em 1839, da capela de Nossa Senhora da Penha, sede atual do município de Penha, havia ali, muitos anos antes outra capela, tanto assim que, em ofício de 1829, o Presidente da Província, Francisco de Albuquerque Mello dizia: «A capela filial de N^a S^a da Penha, pertencente à freguezia de N^a S^a da Graça, se acha abandonada por estar totalmente arruinada».



O poeta Rudolfo Damm, Alemão de nascimento mas que viveu a maior parte da sua existência em Blumenau e aqui faleceu, foi um dos melhores tradutores dos nossos poetas românticos para a lingua alemã. A sua tradução da «A Canção do Exílio», de Gonçalves Dias, é um verdadeiro primor e foi reproduzida não apenas pelos periódicos de lingua alemã em nosso país, como mereceu até lugar de destaque em livros didáticos da Alemanha. Damm traduziu para o alemão vários romances brasileiros, entre eles «Inocência», de Taunay; «Ubirajara», «Iracema» e outros, de José de Alencar, «O Robelde», de Ingles de Souza etc. É um grande nome da literatura teuto-brasileira, infelizmente pouco conhecido. Viveu uma vida modesta em Blumenau, como serventuário de justiça e como jornalista, colaborando intensamente nos jornais «Blumenauer-Zeitung» e «Der Urwaldsbote».



Blumenau em Cadernos

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

(Reg. Min. Trabalho nº. 3)

Declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1895, de 15-12-72

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 12,00 —

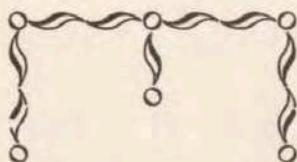
Caixa Postal, 425 - 89 100 - BLUMENAU - Santa Catarina

CREMER S.A.

Produtos Têxteis e Cirúrgicos

BLUMENAU - Rua Iguaçu, 291/362 - Santa Catarina

Caixa Postal, 953 - Fone 22-1066



Gazes e Ataduras Medicinais

Ataduras Gessadas

Algodão Hidrófilo

Fraldas para bebês

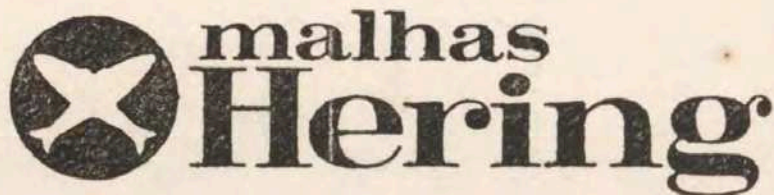
Faixas Higiênicas para senhoras

Artigos de Primeira Qualidade.

IDENTIFIQUE AS MALHAS HERING PELA ETIQUETA.

A ETIQUETA DOS "DOIS PEIXINHOS".

É A GARANTIA DE QUALIDADE.



Indústria Têxtil Companhia Hering

RUA HERMANN HERING, 1790

BLUMENAU — SC

(Impresso na Tipografia Centenário de Tmbó Ltda.)